

Juiz acusa colegas de perseguição

Paulo de Araújo 8.3.02



SEBASTIÃO COELHO DIZ QUE SEU AFASTAMENTO DA VEC FOI UMA ARBITRARIEDADE E EXIGE O CARGO DE VOLTA

Evangélico de sangue quente

Alagoano de Santana do Ipanema, Sebastião Coelho tem 47 anos. Casado, pai de três filhas — Carolina, 23 anos, Cristina, 19, e Celina, 16 —, converteu-se evangélico em 1999. Formou-se em Direito em 1980 pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), em São Paulo. Mudou-se para Brasília há 11 anos, quando foi aprovado em um concurso público para juiz. Neste período, atuou como substituto no Tri-

bunal do Júri e nas três Varas Criminais de Taguatinga, e também na 5ª e na 10ª Vara Cível em Brasília. Como titular, passou pelo Tribunal do Júri e pelas varas Criminal e de Delitos de Trânsito de Planaltina. De lá, foi promovido para a Auditoria Militar e depois, como voluntário, para a Vara de Execuções Criminais (VEC), onde esteve até ser afastado do cargo, em novembro do ano passado.

ação pública foi praticado contra uma autoridade do Poder Judiciário, no exercício da sua função, e todas as entidades se manifestaram, menos o Poder Judiciário e o Ministério Público. Onde é que nós estamos? Que submissão é essa ao Poder Executivo? Qual vai ser o limite da submissão da atual administração do Poder Judiciário ao governo? Eles se omitiram nesse fato, mas quando foi contra a minha pessoa, eles foram rápidos em agir. Eu sei que vou pagar um preço pelo que estou falando, mas estou disposto a pagar esse preço.

CORREIO — No que o seu processo avançou nos últimos quatro meses?

SEBASTIÃO — Em nada. O processo está parado. O que aconteceu foi o apelo de alguns desembargadores para, em nome da paz, eu concordar em sair da VEC. E eu assinei concordando em sair da VEC. Aí, no dia 11 de dezembro último, o desembargador Lécio pegou esse meu pedido de saída da VEC e, de uma forma irresponsável, leviana, mau caráter, interpretou como se fosse uma confissão de culpa.

CORREIO — O senhor acha que está sendo perseguido?

SEBASTIÃO — Existe uma trama articulada contra a minha pessoa, capitaneada pelo desembargador Lécio e pelo desembargador Nívio Gonçalves, e eu não vou aceitar isso. O meu silêncio acabou. Em janeiro deste ano, eu pedi a minha aposentadoria e eles não me deram, alegando que eu ainda não tenho direito a ela. Então eles querem o quê da minha vida? Eles não são donos da minha vida. Não entrei no Tribunal de Justiça de pára-quedas, eu passei num concurso e escolhi ser juiz no Distrito Federal. Não foi nenhum desembargador e nem o governador que me deu o cargo. Eu não me troquei por cargo vitalício.

CORREIO — O que o senhor vai fazer em relação ao seu afastamento?

SEBASTIÃO — Eu vou ao STJ e ao Supremo Tribunal Federal. Vou às instâncias superiores para passar a limpo essa história. Eles colocaram o moral do juiz abaixo.

CORREIO — O que o senhor espera que o STJ e o STF façam nesse caso?

SEBASTIÃO — Primeiro, corrigir a arbitrariedade que foi o meu afastamento.

CORREIO — O senhor quer voltar à VEC?

SEBASTIÃO — Quero ser reconduzido ao cargo que é meu, que eu conquistei. E quem quiser se achar o grande arauto da moralidade, que tome as ações contra mim, que eu vou fazer a contraprova em todas elas. Eu desafio qualquer um dos que eu citei a tomar algum procedimento contra mim.

defesa, a primeira coisa que vou fazer é entrar com uma exceção de suspeição contra o desembargador Lécio Resende (A exceção de suspeição é um recurso que impede o magistrado de julgar ou ser relator de um processo, por motivo de ligação pessoal com uma das partes envolvidas, seja de amizade, inimizade, parentesco etc).

CORREIO — Por que o senhor acha que ele é suspeito?

SEBASTIÃO — Desembargador Lécio Resende, na qualidade de corregedor da Justiça, no ano de 1998, me pressionou a dar uma decisão favorável ao então deputado distrital Luiz Estevão: mandar para a Papuda o tenente da PM que participou do seqüestro da filha dele, o Osmarinho. Eu não me submeti à pressão dele, porque o Osmarinho ainda era um policial militar da ativa na época e não podia ser mandado para a Papuda.

CORREIO — O senhor acha que ele, como presidente do TRE, vai agir de forma parcial em relação aos processos que estão lá?

SEBASTIÃO — Eu acho que o Cristovam (Buarque, ex-governador do DF) tem total razão em ter receio em relação ao desembargador Lécio. Na época desse episódio do Osmarinho, eu ainda era juiz da auditoria militar e ele (Lécio) citou o nome do Cristovam.

CORREIO — Que tipo de citação o desembargador fez em relação ao ex-governador?

SEBASTIÃO — De que o Osmarinho poderia dar uma entrevista que prejudicaria a campanha de Luiz Estevão para o Senado e que essa entrevista seria armada pelo Cristovam.

CORREIO — O senhor imaginava que suas decisões na VEC gerariam um atrito tão sério com o governo?

SEBASTIÃO — Era previsível. Quando assumi a VEC, teve um episódio que foi o início de toda a briga.

CORREIO — Foi a determinação da transferência de presos do isolamento para as celas comuns?

SEBASTIÃO — Sim. Eu tomei a decisão de tirar nove presos do pavilhão de segurança máxima, tinha presos lá há mais de um ano, isolados. Recebi uma denúncia de que a minha ordem não foi cumprida. A mesma de-

núncia foi recebida pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Nós fomos lá e aconteceu aquele episódio que os jornais noticiaram.

CORREIO — Quando o senhor foi barrado na porta do presídio?

SEBASTIÃO — Sim. Aquilo foi abuso de poder, descumprimento de ordem judicial. Mas isso não é o mais grave.

CORREIO — O que mais houve?

SEBASTIÃO — No dia 26 de junho de 2001, eu comuniquei o fato ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Edmundo Minervino, e ao corregedor de Justiça, Nívio Gonçalves. E não houve nenhuma providência. O procurador-geral de Justiça, Eduardo Albuquerque, se apressou em fazer declarações de que eu agi errado e tudo

mais. Depois, disse que lamentava muito o episódio e que o Ministério Público estava à disposição para tomar todas as providências. Que providência ele tomou? Nenhuma.

CORREIO — O senhor está dizendo que o Tribunal de Justiça do DF e o Ministério Público agem de acordo com os interesses do governo?

SEBASTIÃO — Um crime de

CORREIO BRAZILIENSE — Por que o senhor saiu da Vara de Execuções Criminais (VEC) no ano passado?

SEBASTIÃO COELHO — Na verdade, a minha saída da VEC foi para acomodar uma situação política, porque as minhas decisões desagradavam o governo local (A Corregedoria do Tribunal de Justiça do DF abriu processo contra o juiz Sebastião Coelho em outubro de 2001, para investigar denúncias do Ministério Público e de outros órgãos contra seus métodos de trabalho na VEC. O processo resultou no afastamento preventivo de Sebastião em novembro do mesmo ano).

CORREIO — Que decisões foram essas?

SEBASTIÃO — Por exemplo, impedir a forma de tratamento de presos, fechararceragens de delegacias. Especificamente, as delegacias foram o estopim para a minha saída.

CORREIO — Por que o senhor resolveu tomar essas decisões?

SEBASTIÃO — Porque faz parte da lei. Quando eu estava na VEC, fiscalizava efetivamente o que estava acontecendo. Essa minha fiscalização, na verdade, deveria ser uma atribuição dos promotores de justiça, mas como eles não faziam, eu fazia. Eu recebia as denúncias e ia verificar. Isso, evidentemente, incomodava o aparelho de segurança do estado.

CORREIO — Qual o motivo alegado para o seu afastamento?

SEBASTIÃO — Aquilo foi uma violência, um abuso de poder do Tribunal de Justiça. O corregedor de Justiça, desembargador Nívio Gonçalves, alegou interesse público, mas na verdade não há interesse público nenhum. Ele disse que a minha atuação causava abalo entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo. E estou sendo vítima de uma violência maior agora.

CORREIO — Que violência?

SEBASTIÃO — O relator do processo, desembargador Lécio Resende da Silva, não me notificou ainda para apresentar defesa. Não recebi a cópia do processo que diz o motivo do meu afastamento. Ele não me notifica porque está mais preocupado em buscar a eleição dele para o Tribunal Regional Eleitoral. Quando eu apresentar a minha